

## A FRASE PORTUGUESA: UMA VISÃO LÓGICO-SEMÂNTICA E SUA ESTRUTURAÇÃO SINTÁTICA

Sebastião Expedito IGNÁCIO \*

---

*RESUMO:* Considerando-se que a representação lingüística do universo em que vivemos se baseia na existência de OBJETOS e PROCESSOS, sendo que através desses PROCESSOS se atribuem qualidades, ações, estados, etc. aos OBJETOS, procurou-se, neste artigo, conceituar a FRASE como sendo a unidade dessa representação. E considerando-se o VERBO como centro estruturador da FRASE, procurou-se demonstrar que esta se realiza na base de um SUJEITO e um PREDICADO, cujos PARTICIPANTES obrigatórios se distribuem em níveis hierarquizados.

*UNITERMOS:* Frase; sujeito; predicado; objetos; processos; previsibilidade; participantes; actantes; circunstantes; complemento verbal; adjuntos; hierarquia.

---

### 1. PRELIMINARES

As oposições feitas pela gramática descritiva ou gramática *científica* à chamada gramática *mentalista* ou *nocional* não deixam de cometer certas injustiças e parecer até, por vezes, paradoxais, na medida em que consideram a lógica e as tentativas de relacionar a linguagem com o pensamento como algo perturbador da análise lingüística. Pretender uma análise que leve em conta exclusivamente o plano da expressão é ignorar a relevância maior para a explicação dos fenômenos lingüísticos, que são as relações entre a linguagem e o pensamento. É evidente que o ponto de partida há de ser a língua e não o pensamento, pois é na manifestação verbal que se detectará o sistema palpável, coerente e passível de análise. Mas, aceitando-se como verdade indiscutível que a linguagem seja a *manifestação do pensamento*, não há como negar as suas inter-relações quando se

---

\* Departamento de Lingüística — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14800 — Araraquara — SP.

pretende explicar, convenientemente, a razão de ser das estruturas lingüísticas. O que se configuraria anticientífico, considerando-se o estado atual das ciências que procuram explicar os fenômenos mentais, seria tomar como ponto de partida o pensamento, considerado *lógico*, para a justificação de todos os fatos da língua. Todavia há determinadas relações tão evidentes que não podem ser ignoradas.

Naturalmente, as maiores críticas e restrições que se fizeram à gramática *mentalista* se deveram antes às conceituações e definições generalizadas das partes do discurso e das funções sintáticas — com base na lógica aristotélica e não nas relações morfossintáticas — do que ao fato de se pretender relacionar linguagem e pensamento. A lingüística não poderia desprezar, em qualquer análise que pretendesse descrever a língua de maneira coerente, um dos componentes básicos, possivelmente o que devesse ser o ponto de partida, que é o componente semântico. Este constitui exatamente o elo entre o ainda indizível fenômeno mental que elabora a linguagem e o plano palpável da expressão. Por isso mesmo os estudos lingüísticos mais recentes passaram a privilegiar a semântica.

Do que se disse até aqui não se deve concluir que se esteja sugerindo uma volta à gramática filosófica do século XVII, o que seria tão absurdo quanto desprezá-la simplesmente, mas se deve entender como uma tentativa de chamar a atenção para certos fatos, colocados, às vezes, até fora da gramática, como se não pertencessem à organização da estrutura da língua, e que, na realidade, devem constituir o ponto de partida para a descrição de determinadas estruturas. São os fenômenos que se podem denominar *lógico-semânticos* e que estarão sempre ligados à significação das formas lingüísticas num plano um pouco mais além dos traços semânticos superficiais, detectáveis pela simples inspeção do termo em face de sua estrutura morfossintática. Dessa forma, só aparentemente a análise que aqui se fará poderá sugerir um “esforço por evidenciar as relações da língua com a razão e a lógica” (10, p. 135), conforme são acusados os *mentalistas*, pois a preocupação aqui é a de mostrar as relações evidentes entre o *sentido* e a estrutura sintática.

## 2. A FRASE

Seria enfadonho e inútil reproduzir aqui todas as discussões que se têm feito em torno do assunto e as tentativas para se defender a terminologia (Frase ou Oração?). Far-se-á, pois, um resumo das linhas centrais que orientam a conceituação de FRASE como *unidade do discurso*, para que se firme uma posição.

Ao valer-se dos elementos componentes da língua com a intenção de estabelecer a comunicação, o indivíduo estará produzindo o *discurso*. O discurso é, portanto, a *atualização* da língua “num momento dado, por um indivíduo, quer

como FALA (discurso oral), quer como ESCRITA (discurso escrito)". Mas o discurso não se constitui de uma série contínua e infinita de elementos. Ele se segmenta em unidades significativas delimitadas por certas marcas características. Na medida em que tais unidades se identificam, do ponto de vista da sua função, com a função do discurso — expressar o pensamento através da língua —, elas se caracterizam como FRASES. Conforme assinala Gardiner, na enunciação da frase se desenvolve um "pequeno drama" envolvendo quatro personagens: *falante, ouvinte, assunto e situação*. Segundo o propósito do falante se centre nele mesmo, no ouvinte ou no assunto, no interior da situação da fala, a FRASE será exclamativa, requisitiva, assertiva, etc. (9). Essa *intenção* do falante, ou o seu *propósito definido*, por sua vez, imprimirá à enunciação uma linha melódica ou *intonação* característica. Estas duas marcas — *propósito definido* e *intonação* — vão distinguir a FRASE de outra unidade, também significativa, que é o *vocábulo* ou *palavra*, e conferir-lhe o estatuto de verdadeira unidade do discurso, porque com ele se identifica nas características que definem o processo da comunicação; e dele se destaca pela limitação segmental demarcada pela linha melódica.

Dessa forma, não será a FRASE necessariamente constituída de uma "reunião de palavras". Um único vocábulo se erigirá em FRASE desde que adquira os valores acima. Saliente-se, então, que um vocábulo terá o estatuto de FRASE no momento em que traduza uma situação real de discurso, em que expresse um pensamento sobre determinado assunto. Assim os vocábulos "morte" e "socorro", por exemplo, se erigirão em FRASES, se ditos com determinada intonação, em determinadas situações:

a) em que alguém peça a pena máxima a um criminoso diante de uma corte: "Morte!";

b) em que alguém peça auxílio numa situação de perigo: "Socorro!"

Também constituirão FRASES as partículas afirmativas e negativas (SIM, NÃO) em situações reais de respostas.

Por outro lado, não terá a FRASE, necessariamente, uma estrutura lingüística padronizada, nem se constituirá obrigatoriamente apenas de elementos lingüísticos. A ela podem-se integrar elementos extralingüísticos como a mímica e certos sons inarticulados como o muxoxo, o riso, os suspiros, etc., desde que tenham um papel significativo. Daí Mattoso Câmara (6, p. 164-6) referir-se a FRASE DO DISCURSO e FRASE DA LÍNGUA (ou ORAÇÃO), entendendo-se por esta última a que se constitui exclusivamente de elementos lingüísticos.

Delineia-se, aí, uma das possíveis distinções entre FRASE e ORAÇÃO, mas cuja discussão se nos afigura um tanto inútil, mesmo porque parece residir no plano da expressão e não no plano do conteúdo. A ORAÇÃO seria a frase formalmente mais complexa, tendo em vista a explicitação de elementos lingüísticos e a sua estruturação sintática definida. Francisco da Silva Borba, ao definir a

ORAÇÃO, segundo a corrente da Sintaxe Psicológica, assinala as seguintes características “mais evidentes”:

“1 — Intenção de agir sobre o ouvinte. Por isso tem um propósito claro e definido.

2 — Curva específica de intonação, independente da curva melódica individual dos elementos componentes. Daí entender-se a oração como atualização dos elementos disponíveis para o falante (a língua).

3 — Conexão entre os elementos componentes. Daí entender-se que a oração tem uma organização especial: tem uma forma interna e uma externa. A forma interna diz respeito às conexões entre as significações gramaticais, e a externa, às acomodações mórficas que expressam tais conexões.” (3, p. 27-8.)

Como se vê, as duas primeiras características coincidem com a definição de FRASE, no sentido amplo, proposta por Mattoso Câmara, sendo que a terceira característica especifica um tipo de FRASE, mais elaborada, que sugere uma estrutura definida do ponto de vista formal, e que virá caracterizar a ORAÇÃO ou FRASE DA LÍNGUA, segundo Mattoso.

Foi, naturalmente, desse ponto de vista que a Nomenclatura Gramatical Brasileira definiu ORAÇÃO como sendo organizada essencialmente por um SUJEITO e um PREDICADO, entendendo-se por PREDICADO a declaração que se faz a respeito do SUJEITO, construída sempre com uma forma verbal finita. Mas esse princípio levou as nossas gramáticas escolares a restringirem o conceito de ORAÇÃO, que não mais se identifica, necessariamente, com a FRASE. É que, entendida como uma estrutura definida — SUJEITO + PREDICADO —, a ORAÇÃO tanto poderá erigir-se em FRASE, quando “encerra um pensamento completo”, como pode ser apenas um “membro de frase”. Para Rocha Lima, “oração é a frase — ou membro de frase — que se biparte normalmente em *sujeito* e *predicado*”. (12, p. 205.) Celso Cunha diz que “a frase pode conter uma ou mais orações. São termos essenciais da oração o sujeito e o predicado” (8, p. 86-7).

Assim entendido, as chamadas *orações subordinadas* são “membros de frase”, só estabelecendo a unidade frasal no conjunto ORAÇÃO PRINCIPAL + ORAÇÃO SUBORDINADA. Em “Pensei que você viesse”, por exemplo, tem-se, pois, duas ORAÇÕES e uma única FRASE.

Não se pretende entrar, aqui, em maiores discussões sobre o assunto, mas se tentará justificar a opção pelo termo FRASE para definir as unidades com que se trabalhará, admitindo-se, de certa forma, os princípios da N.G.B. e a conceituação de ORAÇÃO de acordo com as nossas gramáticas escolares.

É preciso, todavia, adiantar-se que as unidades com que aqui se trabalhará se identificarão com o que Mattoso Câmara chama FRASE DA LÍNGUA, e que se limitarão às FRASES VERBAIS (em oposição às chamadas FRASES NOMINAIS).

Dois problemas, no entanto, se destacam como de capital importância na fundamentação deste trabalho. O primeiro diz respeito à identificação prática das unidades frasais, ou seja, da utilização de um critério lingüístico, eminentemente funcional, na identificação da FRASE. Isso porque, embora se tenha decidido pela aceitação da *frase como unidade do discurso*, concebendo como suas características fundamentais o *propósito definido e a intonação*, sente-se a necessidade de alguma coisa a mais que, aliada a esses conceitos, defina mais precisamente a FRASE. O segundo problema se refere à organização mínima da FRASE, ou seja, determinar quais os elementos necessários e suficientes para que se tenha aquela unidade do discurso.

O primeiro problema tentar-se-á resolver desde já; quanto ao segundo, a solução será proposta quando se passar à discussão sobre o VERBO, primeira entidade a ser levada em conta na organização da frase verbal.

A fim de resolver a primeira questão, recorrer-se-á ao método distribucional, aproveitando a definição de FRASE proposta por Bloomfield como sendo “uma forma lingüística independente, que não se inclui numa forma lingüística maior, em virtude de uma construção gramatical qualquer” (4, p. 170). Os exemplos dados por Bloomfield, como sendo de três frases distintas, são os seguintes: “How are you? It’s a fine day. Are you going to play tennis this afternoon?” (“Como vai você? Está um belo dia. Você vai jogar tênis esta tarde?”). O seu argumento de que o enunciado acima é formado por três frases se baseia no fato de que qualquer que seja a conexão prática que possa haver entre as três formas, não haverá arranjo gramatical capaz de uni-las numa forma mais ampla. John Lyons, comentando a definição de Bloomfield, resume-a dizendo que “a frase é a maior unidade de descrição gramatical”. Ainda é Lyons quem afirma:

“Uma frase é uma unidade gramatical entre cujas partes constituintes podemos estabelecer as dependências e as limitações distribucionais, mas que não pode por si mesma ser colocada em nenhuma classe distribucional. Isto equivale a dizer que a noção de distribuição — que se baseia na possibilidade de comutação — simplesmente não se aplica às frases.” (13, p. 180.)

Aplicando, pois, esse princípio ao exemplo proposto acima — “Pensei que você viesse” —, comprova-se a existência de uma única FRASE constituída de duas ORAÇÕES, entendidas estas como uma seqüência passível de constituir uma das partes da FRASE, visto que, neste caso, podem comutar-se com outro segmento gramatical. Assim:

- (1) Pensei que você viesse  
 que pudesse sair  
 que ia chover  
 na sua vinda  
 etc.

Igualmente, a Oração Principal “Pensei” poder-se-ia comutar com qualquer outra estrutura oracional que admitisse como *complemento* as estruturas seguintes. Entretanto, a unidade “Pensei que você viesse” não poderia ser colocada em nenhuma classe distribucional, pois não se prevê uma unidade que com ela comute.

Assim sendo, o princípio da distribuição será um meio prático e eficiente para a identificação da FRASE do ponto de vista funcional. Por isso, daqui por diante, ao se empregar o termo FRASE estar-se-á referindo a uma entidade cujas características lógico-semânticas e funcionais permitem considerá-la como unidade do discurso e que se realiza sempre à base de um verbo.\*

### 3. O VERBO

Sendo a FRASE a unidade do discurso, segue-se que é ela uma unidade de *comunicação*. E, como tal — salvo o risco de se cair em círculo vicioso —, dir-se-á que ela se constitui na representação lingüística de uma realidade, sob uma forma *descritiva*. Essa *descrição* consiste, por sua vez, em *dizer algo sobre alguma coisa*. Dessa forma se justificaria a afirmação de que uma FRASE deve expressar um “pensamento completo”, na medida em que ela é capaz, por si mesma, de “dizer algo sobre alguma coisa”. Ora, “dizer algo sobre alguma coisa” subentende uma PREDICAÇÃO, onde o “que se diz” constitui o PREDICADO e essa “alguma coisa” (o ponto de referência) constitui o SUJEITO.

Tomando aqui os termos SUJEITO e PREDICADO nesse sentido já consagrado pela gramática tradicional, eles não serão discutidos ainda. Discutir-se-á de imediato o elemento que constitui o *centro estruturador* da FRASE e que, conseqüentemente, há de ser o elemento *orientador* na determinação dos constituintes necessários e suficientes da estrutura frasal. Esse elemento é o VERBO,\*\* cuja função se tentará definir em seguida.

Não têm sido poucas as críticas feitas ao critério de natureza eminentemente lógico, ou semântico, com que a gramática tradicional define as partes do discurso. Interessa aqui, evidentemente, a definição do VERBO. Tradicionalmente, tem-se procurado definir o VERBO sempre em oposição ao NOME. Conforme assinala Benveniste, “as definições propostas se reduzem em geral a uma das duas

\* Ficam, pois, descartadas as chamadas FRASES NOMINAIS.

\*\* Entenda-se por VERBO o elemento lingüístico com características morfossintáticas definidas, como se verá adiante, e que se constitui no centro estruturador da FRASE.

que seguem: o verbo indica um processo; o nome, um objeto; ou ainda: o verbo implica tempo; o nome não implica” (2, p. 164). Não seria necessário muito esforço para se demonstrar a precariedade dessas definições, no caso específico do português. Senão vejamos:

a) considerando-se que o termo “processo”, no sentido em que se empregou aqui, inclui a noção de “ação” e, quem sabe, a de “fenômeno”, constata-se que não será o fato de indicar um “processo” que irá definir o VERBO, uma vez que tal fato não se constitui numa exclusividade dessa classe. Basta lembrar os vocábulos “briga”, “corrida”, “viagem” etc. (indicadores de ações); “chuva”, “trovoada”, “ventania”, etc. (indicadores de fenômenos), todos incluídos na classe dos NOMES;

b) quanto a “implicar tempo”, também os ADVÉRBIOS implicam: “antes”, “depois”, “agora”, etc. Citem-se, ainda, certas formas de natureza adverbial que, assumindo as funções próprias do NOME, também indicam tempo, como os vocábulos “hoje”, “amanhã”, etc., em frases como “hoje é feriado”, “amanhã será outro dia”, etc.

Talvez fosse menos criticável um critério híbrido (semântico + morfológico) pelo qual se definisse o VERBO como sendo a única categoria em que o tempo se indica pela flexão. E foi provavelmente com a intenção de serem mais abrangentes na caracterização do VERBO que alguns de nossos gramáticos se valeram desse critério morfossemântico, como fez Said Ali, por exemplo:

“VERBO é a palavra que denota ação ou estado e possui terminações variáveis com que se distingue a pessoa do discurso e o respectivo número (singular ou plural), o tempo (atual, vindouro, ou passado) e o modo da ação ou estado (real, possível, etc.)” (1, p. 68).

A definição acima apresenta a vantagem de enfatizar o aspecto morfológico que é, realmente, o que com maior precisão caracteriza o VERBO em português, em oposição às demais classes gramaticais. Dessa forma, a estrutura mórfica, que assim se pode esquematizar: T(R + VT) + SF(SMT + SNP) (7, p. 64), onde T = tema; R = radical; VT = vogal temática; SF = sufixo flexional; SMT = sufixo modo-temporal e SNP = sufixo número pessoal, é exclusiva do VERBO.

Mas apesar da eficiência de uma definição que se baseie nas características flexionais do verbo em português, como marcadoras de *modo*, *tempo*, *número* e *pessoa*, é preciso defini-lo de outro ponto de vista, em face do objetivo deste trabalho.

Voltemos, pois, ao conceito de FRASE como unidade do discurso, e reflitamos sobre os seus elementos.

Uma entidade qualquer se caracteriza como *unidade*, em relação a um todo, na medida em que, como parte mínima, apresenta as mesmas propriedades do

todo. Os átomos de hidrogênio e oxigênio, por exemplo, não podem ser considerados como *unidades* da substância água, uma vez que, isolados, possuem características diversas e propriedades até opostas às propriedades da água. Enquanto um é altamente explosivo e o outro é combustível, a água é extintora de incêndio, e assim por diante. Já a combinação daqueles dois elementos, em proporções adequadas, constituirá uma *unidade* que se configura na *molécula* de água (H<sub>2</sub>O) — a menor partícula que conserva as propriedades características da substância. Ao se considerar, pois, a FRASE como unidade do discurso, segue-se que ela deve, evidentemente, apresentar as mesmas características, não apenas do *discurso* mas da *língua*, como uma espécie particular de linguagem. A FRASE será, então, “a molécula da linguagem”.

A característica fundamental da linguagem é a *representatividade simbólica* da realidade. Sendo uma representação mental, portanto construída à base de abstrações, a estrutura e funcionamento da língua não podem ser identificados em termos absolutos com a estrutura e funcionamento da realidade que a língua representa (o universo biofísico onde vivemos). No entanto, para compreender o símbolo é necessário compreender o objeto que ele simboliza. Tentemos, pois, visualizar, ainda que superficialmente, a estrutura básica da *realidade* representada pelo sistema lingüístico e estabelecer algumas relações entre as duas estruturas — a da língua e a do universo que ela representa.

Para facilidade de raciocínio e simplificação terminológica, diga-se, com a Lógica, que o universo, simbolizado pela linguagem, seja construído em torno de duas grandes entidades: OBJETOS e PROCESSOS. Entenda-se por OBJETOS tudo aquilo “que se apresenta à percepção com um caráter fixo e estável” (11, s/v). Assim os *seres*, ou *utensílios* (vulgarmente chamados *coisas* ou *objetos*), enfim tudo o que tenha uma *existência discreta*. Por PROCESSOS, entendam-se as *ações*, próprias dos seres animados; os *eventos* ou *acontecimentos*, a que estão sujeitos todos os seres e coisas; os *fenômenos* naturais, como uma dinamização do próprio *objeto*; os *estados*, que, provisoriamente, serão chamados *etapas* ou *resultados de um processo*.

Dir-se-á que o *funcionamento* ou a *dinâmica* do universo se realiza mediante relações de causalidade entre os OBJETOS e os PROCESSOS. Interessa, aqui, verificar como o sistema lingüístico *representa* (*descreve*) tais relações. Está claro que não se pretende abordar o assunto exaustivamente, mas tão-somente dentro dos estreitos limites das unidades com as quais se trabalhará.

Lembre-se, ainda, que a linguagem não se restringe à *representação* do universo biofísico, externo, mas se presta também à *exteriorização psíquica*, ou à *expressão* dos nossos sentimentos e estados de alma. Presta-se, ainda, à atuação persuasiva com que cada um de nós tenta agir sobre os semelhantes. Isso para citar apenas as três funções básicas sublinhadas por Karl Bühler: *representativa*, *expressiva* e *apelativa* (5, p. 51-2). Mas, de qualquer forma, qualquer que seja



a *função* da linguagem, haverá sempre algo de comum que caracterizará a unidade com que aqui se trabalhará.

Retomando a afirmação feita acima de que *há sempre uma relação necessária entre OBJETOS e PROCESSOS*, pode-se adiantar uma definição para o VERBO como sendo o elemento responsável pela *representação* (ou *descrição*) lingüística dessa relação. Esta definição se aproxima de Benveniste quando diz que a função verbal é dupla: função *coesiva* e função *assertiva*. A primeira consiste em “organizar numa estrutura completa os elementos do enunciado”; a segunda consiste em “dotar o enunciado de um predicado de realidade” (2, p. 166). Sob este ponto de vista é que fica reforçada a afirmação de que o verbo é o elemento fundamental para a descrição — *coerente*, do ponto de vista gramatical, e *verdadeira*, do ponto de vista *lógico* — das relações entre OBJETOS e PROCESSOS. Dessa forma há de ser o VERBO, e não outro elemento, que orientará a identificação das chamadas *funções sintáticas*, como SUJEITO e COMPLEMENTO verbal, bem como as diversas funções da FRASE como unidade do discurso.

Lembrando que a FRASE, como vem sendo aqui conceituada, constitui uma unidade *representativa* (*descritiva*) de uma *realidade*, é lícito que se tente relacionar os seus elementos com os elementos da realidade que representam. É por isso que se tentará definir o VERBO sob um outro ponto de vista além daquele que o vê como apenas “o elemento que indica processo”. Já se mostrou que tal função não constitui uma exclusividade do VERBO, mas, mesmo assim, poder-se-ia argumentar que, se certos NOMES passam a indicar processos, é porque adquirem propriedades verbais. E aí ter-se-ia de recorrer às propriedades morfossintáticas a fim de caracterizar o VERBO. É preciso, pois, estabelecer algumas relações entre a *realidade* e os elementos lingüísticos que a representam através da FRASE. Como ilustração, imaginem-se dois OBJETOS: “um ser humano do sexo masculino” e “um animal selvagem e feroz”:

a) a língua dispõe de unidades léxicas capazes de simbolizar tais OBJETOS como “homem” e “fera”, respectivamente;

b) a fim de estabelecer (representar) uma relação *dinâmica* entre tais OBJETOS, isto é, fazer referência a um PROCESSO que relacione “homem” e “fera”, é que a língua se valerá de um VERBO. Digamos que seja o PROCESSO em que o primeiro “tire a vida do segundo”, e aí a língua dispõe, por exemplo, do verbo “matar”;

c) ter-se-ia, então, a estrutura “homem matar fera”, que não basta para o estabelecimento de uma *idéia definida*. São necessárias algumas transformações, como a inserção de elementos determinantes dos NOMES, por exemplo, os artigos (“o”, “a”). Mas o que irá dar a característica de *atualização* à descrição lingüística será a referência ao *tempo* e ao *modo* da realização do PROCESSO. Tais elementos nos serão dados através da *flexão* da forma verbal. Aí, sim, ter-se-á uma unidade lingüística *coerente* e *definida* quanto a sua função, como, por exemplo:

(2) O homem *matou* a fera.

Note-se que o VERBO não estabelece apenas uma relação de natureza lógico-semântica, mas sobretudo sintática. Por acaso, em português, a *ordem* dos elementos na frase pode indicar as funções de *agente* e de *paciente*, como no caso acima. Mas ela não é decisiva. Numa frase como:

(3) O homem mataram as feras,

a concordância em número do VERBO com o termo “as feras” leva a analisar este termo como o *agente* da ação verbal. Daí se pode concluir que o VERBO é elemento decisivo na organização gramatical ou *coesão* da FRASE.

Resumindo as idéias até aqui desenvolvidas, já se pode definir o VERBO em face de seu papel estruturador e coesivo. A descrição lingüística da realidade só se viabiliza quando se estabelecem relações coerentes entre os OBJETOS. Tais relações, por sua vez, só se realizam nas descrições dos PROCESSOS, que são *representados* pelos VERBOS. Daí definir-se o VERBO pelas suas funções na produção do discurso:

1.º Sendo o VERBO o elemento necessário à viabilização da descrição lingüística da realidade, então a sua primeira função é a de ser o *centro estruturador da FRASE*.

2.º Estruturar uma FRASE implica, além do estabelecimento das relações semânticas e morfossintáticas entre os OBJETOS, a localização no *tempo*. Daí ser o VERBO, ao mesmo tempo, elemento de *asserção*, porque afirma um dado da realidade, e de *coesão*.

### 3.1 O VERBO como centro propulsor do mecanismo do discurso

Conforme se vem tentando demonstrar, parece fora de dúvida o fato de que o VERBO seja o responsável pela *dinâmica* da língua. Se abstrairmos da língua o VERBO, ela se tornará um sistema inerte de símbolos, perdendo, conseqüentemente, a sua propriedade básica que é a de permitir a *interlocução* — condição para que se estabeleça a *comunicação* no seu sentido real. O fato de que, em determinadas situações, a comunicação lingüística se estabelece tão-somente com o emprego de NOMES e *expressões nominais*, sem a necessidade de VERBOS, em português é, no mínimo, ilusório. Em FRASES como:

(4) Fogo!

(5) Silêncio!

(6) Ponto de ônibus.

estará sempre implícita a existência de um VERBO, que permitirá ao ouvinte (ou leitor) *decifrar* essas FRASES. Dessa forma elas serão necessariamente *traduzidas* (decodificadas) com base numa forma verbal:

(7) *Está havendo/pegando* fogo.

(8) *Faça silêncio!*

(9) *Aqui pára/daqui parte o ônibus.*

Assim sendo, só será possível a comunicação através de formas *não-verbais*, isto é, *nominais, se houver implícita uma expressão verbal que as traduza*. Em suma, constitui o VERBO o elemento fundamental da comunicação lingüística, uma vez que é ele o elemento responsável, não só pela *coesão sintática*, como se viu, mas sobretudo pela inteligência, pela *intelecção* do discurso.

Em sendo o VERBO o elemento central, responsável pela *intelecção* e pela *coesão* da FRASE, pressupõe-se que ele deva carrear na sua *significação* os elementos *representativos* da dinâmica e da coerência das relações entre os OBJETOS e o universo biofísico em que se localizam. Assim ele deverá traduzir, por um lado, as relações possíveis entre o homem e o mundo que o cerca, assim como todos os fenômenos que envolvem a pessoa humana como ser pensante — tanto no que diz respeito aos sentimentos experimentados quanto às realizações de intercâmbio social. Por outro lado, o VERBO deverá dar conta de todos os fenômenos verificados no universo, ainda que se realizem sem a interferência do homem. Dir-se-á, então, que o VERBO expressa um *fato* ou um *fenômeno* que envolve a *participação* dos OBJETOS num determinado *tempo* no *espaço* limitado pelo universo onde tais elementos se localizam. Ou, como já foi dito, promove a realização lingüística das relações entre OBJETOS e PROCESSOS.

#### 4. OS PARTICIPANTES DA ESTRUTURA FRASAL

Gardiner (9), ao definir a frase como unidade do discurso, referiu-se a um pequeno “drama” que se estabelece na sua realização, cujos participantes obrigatórios são FALANTE, OUVINTE, ASSUNTO e SITUAÇÃO. Como o interesse aqui estará voltado para o *verbo* como centro da frase e, conseqüentemente, como um nexos de relações entre os participantes do discurso, a preocupação estará centrada nos PARTICIPANTES que estejam diretamente relacionados com ele, do ponto de vista estritamente lingüístico, ressaltando-se que se não de levar em conta os aspectos semânticos e morfossintáticos. Assim sendo, os PARTICIPANTES que interessam a esta pesquisa não têm de coincidir, necessariamente, com aqueles apontados por Gardiner. Interessam os que o verbo, em sua significação, *preveja* como obrigatórios. Sobre essa *previsão* se falará mais adiante.

Que sirvam de ponto de partida os seguintes conjuntos de frases:

a)

(10) O homem fala.

(11) Os pássaros voam.

(12) O éter evapora-se.

- (13) A árvore caiu.
- b)
- (14) Jumilice amassou as cédulas.  
 (15) O Oceano Atlântico banha o Brasil.  
 (16) Eu sentia fome.  
 (17) Paulo não tem amigos.  
 (18) Aparício acredita em oração.  
 (19) Não gosto de lagoa!
- c)
- (20) O campeão concede autógrafos a seus fãs.  
 (21) Dei um presente a meu pai.  
 (22) Dedico-lhe esta obra.  
 (23) Recebi cartas de minha mãe.
- d)
- (24) Fomos à cidade.  
 (25) Germana está junto de mim.  
 (26) Serrote Preto fica em terras das Alagoas.
- e)
- (27) José é bom.  
 (28) A Capital do Brasil é Brasília.  
 (29) Pedro está doente.  
 (30) Adalgisa ficou pálida.
- f)
- (31) Eu acho que a coisa está mal.  
 (32) O teu sucesso depende de que ajas com inteligência.  
 (33) Nada impede seres o primeiro da classe.
- g)
- (34) Não importa que me odeies.  
 (35) Não convém andares nua pela cidade.

Levando-se em conta apenas a estrutura sintática e o número de PARTICIPANTES, não considerando, portanto, as possibilidades de variações de natureza semântica nas relações entre o verbo e os demais elementos, tem-se acima as diversas possibilidades de realização da frase. Descarta-se, ainda, a voz passiva, por constituir um caso de *transformação*.

Observando as frases do grupo *a*, constata-se que a significação dos verbos “falar”, “voar”, “evaporar-se” e “cair” se *integraliza* apenas com a presença do

SUJEITO, isto é, a significação\* desses verbos não *prevê* nenhum outro elemento, além do SUJEITO, necessário à sua integralização. Isso quer dizer que nenhuma pergunta seria provocada, necessária e obrigatoriamente, por aqueles verbos, a não ser: *Quem* fala? *Quem* voa? *O que* se evapora? *Quem* ou *o que* caiu? As respostas dadas a tais perguntas conterão o elemento que *preencherá*, que *totalizará* a significação de cada verbo, ou seja: “O homem”, “Os pássaros”, “O éter”, “A árvore”. Na prática essas perguntas deverão conter um elemento enfático, a fim de se evitar a ambigüidade, que é o segmento “é que”. Assim, *Quem é que* fala? *Quem é que* voa? etc. Sobre isso se voltará a falar.

Observando agora as frases do grupo *b*, vamos constatar o seguinte: os verbos “amassar”, “banhar”, “sentir”, “ter”, “acreditar” e “gostar” não teriam a sua significação *integralizada* apenas com o SUJEITO. Além das perguntas “Quem é que?” ou “Que é que?”, feitas “à esquerda” desses verbos, eles vão provocar uma pergunta acerca de um elemento que, “à sua direita”, *integralizará* a sua significação. Essa pergunta, suscitada pela significação do verbo e que se fará “à sua direita”, será “O quê?” ou “Quem?”, precedidos de uma preposição caso o verbo a exija. V.g., “acredita *em* quê?”, “gosta *de* quê?”. Dessa maneira, as perguntas suscitadas, por exemplo, pelo verbo “amassar” seriam: “*Quem é que* amassou *o* quê?” Assim se conclui que os verbos do grupo *b* não se integralizam, quanto à significação, apenas com a explicitação do SUJEITO. Dir-se-á, então, que, enquanto os verbos do grupo *a* possuem apenas *um* PARTICIPANTE, os do grupo *b* possuem *dois*.

Pode-se, pois, numa primeira definição, adiantar que PARTICIPANTES são *elementos necessários à integralização da significação verbal*.

Prosseguindo a observação, constata-se que os verbos das frases do grupo *c* vão “exigir” *três* PARTICIPANTES a fim de que a sua significação se integralize. Assim os verbos “conceder”, “dar”, “dedicar” e “receber”, naquelas frases, provocariam as mesmas perguntas dos verbos do grupo *c* mais a pergunta: “a/de quem?”:

“*Quem é que* concedeu *o* que *a* quem?”

“*Quem é que* recebeu *o* que *de* quem?”

Evidencia-se, pois, que os verbos do grupo *c* possuem *três* PARTICIPANTES.

Embora se tenha dito que não seria levado em conta, neste momento, o aspecto semântico das relações entre o verbo e seus PARTICIPANTES, é necessário que se considerem, desde já, alguns aspectos semânticos dos elementos que se colocam “à direita” do verbo dos grupos *d* e *e*. No grupo *d* esses elementos apresentam um traço que os identifica: “lugar”; daí o verbo suscitar perguntas como “Aonde?” ou “Onde?” segundo o verbo indique *movimento* ou *esta-*

\* Entende-se aqui por *significação verbal* toda informação que o verbo, na sua realização na frase, possa transmitir, seja de uma “ação”, de um “estado” ou de qualquer outro fenômeno.

*tividade*. Assim, os verbos “ir”, “estar” e “ficar”, naquelas frases, provocariam as perguntas: “*Quem é que vai aonde?*”, “*Quem é que está onde?*” e “*O que é que fica onde?*”, respectivamente.

As frases do grupo *e*, por sua vez, apresentam uma característica diversa das frases anteriormente citadas. É que o verbo estabelece uma relação entre um OBJETO (o SUJEITO) e um *estado* ou *qualidade* desse OBJETO. A gramática tradicional, ao classificar esses verbos como “verbos de ligação”, considera-os *não-nocionais*, isto é, “vazios” de significação. Essa posição é discutível, uma vez que, embora se possa dizer que tais verbos tenham um grau menor de *autonomia significativa*, em oposição aos outros verbos, eles conservam certos traços semânticos decisivos para o sentido da frase. Não caberia, aqui, entrar nesta discussão, mas abre-se um parêntese para dizer que a simples comutação daqueles verbos entre si evidencia que eles têm um “conteúdo semântico”, daí a impropriedade do termo “não-nocionais”. Dessa maneira, “José ficou bom”, “Pedro é doente” e “Adalgisa está pálida” não correspondem, semanticamente, às frases primitivas. Com relação à estruturação daquelas frases, observa-se que não bastaria, evidentemente, a explicitação do SUJEITO para a sua integralização. Logo, os elementos que indicam *estado* (“doente” e “pálida”) ou *qualidade* (“bom”) são *integralizadores* da significação verbal, ainda que de natureza bem diversa dos PARTICIPANTES. Parece difícil a formulação de uma possível pergunta que aqueles verbos provocariam, mas não há dúvida de que ela seja previsível a fim de indagar sobre o elemento que, juntamente com o verbo, *atribui* ao SUJEITO uma *qualidade* ou *estado*.\*

Em *f*, tem-se, aparentemente, um caso complicado: se cada uma das frases possui mais de um verbo, qual deles serviria de base para a determinação dos PARTICIPANTES? Trata-se, então, de uma questão de *nível* de análise, isto é, se se propõe analisar as *frases* ou as *orações*. No segundo caso, os verbos deveriam ser considerados isoladamente, como se cada um constituísse uma frase. Mas isso só seria possível com relação às orações *subordinadas*, já que na análise das orações *principais* haveria, fatalmente, a implicação das *subordinadas* como PARTICIPANTES, conforme se verá. No caso de se considerar a *frase*, então os verbos *fundamentais* não de ser os das orações *principais*, pois são eles *elementos centrais* da frase.\*\* No caso em pauta serão, pois, os verbos “achar”, “depende” e “impedir” que orientarão a determinação dos PARTICIPANTES. Aplicando-se-lhes os testes das perguntas — “*Quem é que acha o quê?*”, “*Quem é que depende de quê?*” e “*Quem é que impede o quê?*” — constata-se que esses verbos têm a mesma natureza dos pertencentes ao grupo *b*, com relação ao número de PARTICIPANTES, com a diferença de que o PARTICIPANTE que figura à sua di-

\* Dada a unidade constituída pelo *adjetivo* + *verbo* “*ser*” ou “*estar*”, formando como que um *grupo verbal*, não se tem, aí, um *complemento* propriamente dito.

\*\* As orações *subordinadas* são *membros* de frases.

reita possui uma estrutura *oracional*. De qualquer forma, são verbos que exigem dois PARTICIPANTES, para que a sua significação se integralize.

Finalmente, as frases de *g*. Pelas mesmas razões expostas no item anterior, os verbos *básicos* não de ser “importar” e “convir”, pertencentes às orações *principais*. A diferença agora é que apenas *um* PARTICIPANTE integralizará a significação desses verbos. E tal PARTICIPANTE, em forma *oracional*, constituirá o SUJEITO, uma vez que responde à pergunta “O que é que?”, feita à sua esquerda: “O que é que não importa?”, “O que é que não convém?”

Resumindo-se o que se disse e que se procurou demonstrar até aqui, e considerando-se que os exemplos dados representam as diversas possibilidades de organização da frase, do ponto de vista dos elementos necessários e suficientes em face da significação do verbo, pode-se dizer que são as seguintes as estruturas mínimas possíveis:

Casos *a* e *g*: [ P<sub>1</sub> + V ]<sub>o</sub> \*

Casos *b*, *d*, e *f*: [ P<sub>1</sub> + V + P<sub>2</sub> ]<sub>o</sub> \*\*

Caso *c*: [ P<sub>1</sub> + V + P<sub>2</sub> + P<sub>3</sub> ]<sub>o</sub>

Pelo visto, é lícito dizer que para a integralização da significação do verbo, ou seja, para o preenchimento dos *espaços* previsíveis pela sua significação, são necessários, no máximo, *três* níveis de PARTICIPANTES. É certo que outros elementos podem ser acrescentados a qualquer uma das frases analisadas, como a indicação de *modo*, *lugar*, *tempo*, *causa*, etc., mas que se afiguram como elementos *facultativos*, por não serem *previsíveis* pela significação do verbo.\*\*\*

#### 4.1 Da previsibilidade dos PARTICIPANTES

Insistir-se-á um pouco mais nessa questão dos elementos *obrigatórios* ou *previsíveis*, na organização da frase, pois será em função dessa *previsibilidade* que se vão definir e classificar os PARTICIPANTES, estabelecendo-se, inclusive, uma possível hierarquia entre eles.

Diga-se que um verbo *prevê* determinados elementos, na medida em que tais elementos *constituam uma conseqüência lógica derivada da significação do verbo*,

\* P = PARTICIPANTE; V = Verbo; [ ]<sub>o</sub> = Limite de frase.

\*\* Ressalvem-se aqui os casos dos verbos “ser” e “estar” + *adjetivo* em que não se pode falar em P<sub>2</sub>. São os casos de alguns exemplos de *e*, que constituem matéria de um outro estudo.

\*\*\* Não quer dizer que elementos com estes traços semânticos não possam vir a se constituir em PARTICIPANTES, como se verá.

numa determinada realização concreta. Sejam os verbos “matar”, “ir” e “dar” nas frases a seguir:

(36) Pedro matou Paulo.

(37) Fomos à cidade.

(38) João deu um presente à Maria.

Em 36, o verbo traduz uma *ação* que implica, necessariamente, a existência de um ser *animado* ou não-animado *potente*, uma vez que, em lugar de “Pedro”, poder-se-ia ter “um raio”, “a tempestade” etc., que *instigue* ou que *seja responsável* por essa *ação*. Implica, ainda, a existência de um ser *animado paciente* da mesma *ação*. Vale aqui o recurso didático, tradicionalmente usado, e que descreve a *previsibilidade*: “Quem mata mata alguém”. Essa previsão se evidencia pelas indagações que se fariam imediatamente, caso houvesse a omissão de um daqueles elementos implicados. Assim, na expressão “matou”, ocorreria, em primeiro lugar, a pergunta “quem matou?”, e, em seguida, “matou a quem?” Ou, quem sabe, concomitantemente: “Quem é que matou a quem?” Iguamente a expressão “Pedro matou” suscita imediatamente a pergunta “a quem?” (a preposição “a” desfaz a ambigüidade que se estabelece na pergunta “quem?”, em que se poderia entender “quem matou?”).

Em 37, o verbo “ir” *prevê* a existência de alguém *que se desloca no espaço* e de *um ponto de chegada*. “Quem vai vai a algum lugar”. A omissão de qualquer um daqueles elementos *previsíveis* suscitaria uma indagação necessária: “Quem?” ou “aonde?”, segundo se omita o elemento *à esquerda* ou *à direita* do verbo.

Em 38, a *previsão* vai além de *dois PARTICIPANTES*. Tanto a omissão dos elementos “João” e “presente”, quanto a omissão de “Maria”, suscitaria indagações necessárias. Dir-se-á, aqui, que a omissão de “João” (primeiro PARTICIPANTE ou SUJEITO) e/ou de “um presente” (segundo PARTICIPANTE) suscita uma pergunta *imediate*, enquanto a omissão de “a Maria” suscita uma pergunta *mediata*. A seqüência das perguntas suscitadas, pela ordem dos elementos naquela frase, seria: “Quem é que deu?”; “deu o quê?”; “deu a quem?”. E assim a omissão do termo “a Maria” (terceiro PARTICIPANTE) suscita uma pergunta *mediata*, pela seguinte razão: numa seqüência em que se omitissem os elementos “um presente” e “a Maria”, a pergunta que se faria em primeiro lugar seria “o quê?” e, em seguida, “a quem?”. Aqui também vale o procedimento didático: “Quem dá dá alguma coisa a alguém”.

OBSERVAÇÃO: É preciso lembrar que, em português, o SUJEITO pode, eventualmente, ser identificado pela própria forma verbal e, nesse caso, não há que se indagar acerca dele. É o caso de “cheguei”, “partimos” etc.

Considere-se, agora, a frase:

(39) Ontem, no Bar 25 de Março, por causa de uma mulher, Pedro matou Paulo.



Vê-se que a omissão de qualquer um dos elementos acrescentados à frase “Pedro matou Paulo” — o *dia*, o *lugar*, a *causa* — não provoca, necessariamente, nenhuma pergunta. Isso porque tais elementos não são *previsíveis* pela significação do verbo “matar”. São, pois, elementos *facultativos* que não *participam* da significação do verbo, na frase considerada.

Uma vez definida a questão da PREVISIBILIDADE, imediatamente se define PARTICIPANTES como sendo os elementos *previsíveis*\* *imediatamente* ou *mediatamente* pelo verbo.

Fica, assim, o conceito de PARTICIPANTE restrito aos chamados *constituintes nucleares* da frase. Por outro lado, como se verá a seguir, os PARTICIPANTES não coincidem totalmente com o que Tesnière chamou de ACTANTES.

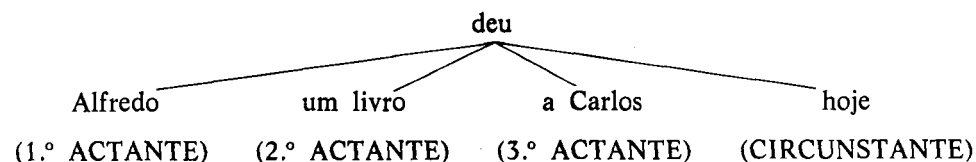
#### 4.2 PARTICIPANTES e ACTANTES

A noção de ACTANTES, segundo Tesnière, aproxima-se da noção de PARTICIPANTES aqui proposta, mas difere em alguns pontos, sendo que o conceito de PARTICIPANTE é, de certo modo, mais abrangente.

Tesnière também considera o verbo como o elemento *central* da frase, uma vez que, para ele, o único termo que não se configura como COMPLEMENTO é o verbo. Na representação arbórea da frase, a que denomina ESTEMA, o verbo é o elemento que domina os COMPLEMENTOS: os ACTANTES — “seres ou coisas que, de algum modo, mesmo como simples figurantes e da maneira mais passiva, participam da ação” — e os CIRCUNSTANTES — “elementos que exprimem as circunstâncias de tempo, lugar, modo, etc., nas quais se desenvolve o processo. São sempre advérbios (de tempo, de lugar, de modo, etc.) ou equivalentes de advérbios” (14, p. 102-3).

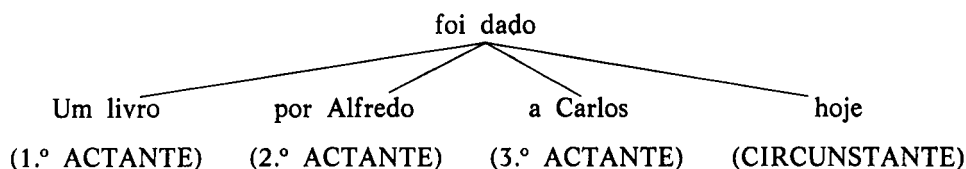
Os ACTANTES pertencem a três categorias e correspondem aos conceitos tradicionais de SUJEITO (1.º ACTANTE); OBJETO DIRETO e AGENTE DA PASSIVA (2.º ACTANTES); OBJETO INDIRETO (3.º ACTANTE). Numa frase como

(40) Alfredo deu um livro a Carlos hoje,  
tem-se o seguinte ESTEMA:



\* Fica claro que este conceito de *previsibilidade* não coincide, necessariamente, com as *possibilidades previstas* pelo sistema da língua, mas se restringe ao que se configura como *obrigatório* para a integralização do significado.

Na voz passiva, o ESTEMA seria:



Considerando-se a voz ativa, há uma perfeita coincidência, na frase dada, entre o que se chamaria de 1.º, 2.º e 3.º PARTICIPANTES e 1.º, 2.º e 3.º ACTANTES. Mas em alguns casos, o que aqui se considera PARTICIPANTE Tesnière considera CIRCUNSTANTE. Sirvam de exemplificação as frases abaixo:

(41) Fomos *à cidade*.

(42) João mandou *a esposa para a Europa*.

Em 41, o termo “à cidade” constitui um PARTICIPANTE, uma vez que integraliza a significação do verbo.

Em 42, o verbo “mandar” *prevê* três PARTICIPANTES: 1.º, “João”; 2.º, “a esposa”; 3.º, “para a Europa”. Considerando-se o SUJEITO como PARTICIPANTE obrigatório em qualquer frase, conforme se tentará demonstrar a seguir, na frase acima “a esposa” se configura como PARTICIPANTE *mediato* e “para a Europa” como *mediato*. Isso porque a seqüência “João mandou” suscitará, pela ordem, as seguintes perguntas: “(a) quem?” / “o quê?”; “para onde?”

Para Tesnière, tanto “à cidade” quanto “para a Europa” seriam classificados como CIRCUNSTANTES e não como ACTANTES. A razão dessa diferença de classificação reside no fato de que aquele autor, levando em conta apenas o traço semântico dos termos e não a sua relação de *obrigatoriedade* em face das “exigências” do verbo, considera sempre CIRCUNSTANTE o elemento que apresenta o traço *lugar*. Assim, apenas os *seres* e as *coisas* não marcados por aquele traço é que se afigurariam como ACTANTES. Conforme adiante se discutirá, esse procedimento marca uma das inadequações da gramática tradicional na classificação dos complementos verbais.

#### 4.3 Hierarquia dos PARTICIPANTES

Voltando a observar as frases das páginas 25-6, casos de *a* a *g*, e as fórmulas estruturais da página 29, verifica-se que o único elemento *constante*, comum a todas elas, é o SUJEITO (P<sub>1</sub>). Esse fato permite elegê-lo PARTICIPANTE de 1.º grau. O teste que permite identificar o SUJEITO como o PARTICIPANTE *mais imediato* é o da *supressão* dos elementos e a constatação das *indagações* que seriam suscitadas pelo verbo. A ordem dessas indagações orientará a classificação dos PARTICIPANTES. Seja uma das frases do grupo *c*, que é a mais completa:

(20) O campeão concede autógrafos a suas fãs.

Uma vez enunciado apenas o verbo — “concede” — a pergunta que se faz *imediatamente* é “*quem é que concede?*” Logo o SUJEITO ocupará o primeiro lugar na hierarquia dos PARTICIPANTES. Os demais se classificarão pelo mesmo processo, ou seja, pela ordem das perguntas suscitadas. Assim,

(20a) O campeão concede

suscitará, em primeiro lugar, a pergunta “o quê?”, cuja resposta — “autógrafos” — identificará o PARTICIPANTE de 2.<sup>o</sup> grau (P<sub>2</sub>). Da mesma forma, agora,

(20b) O campeão concede autógrafos

suscita a pergunta “a quem?”, cuja resposta — “a seus fãs” — indicará o PARTICIPANTE de 3.<sup>o</sup> grau (P<sub>3</sub>).

Poder-se-ia argumentar que esse processo das perguntas, aparentemente intuitivo, leva a encontrar mais de *três* PARTICIPANTES numa frase como:

(20c) O campeão concede autógrafos a seus fãs *todos os dias*, em que a seqüência “*todos os dias*” responderia à pergunta “quando?”. Acontece que esse novo elemento é *facultativo*, isto é, o verbo, na sua significação, não o *prevê*. A frase se realiza plenamente com os três PARTICIPANTES (“*Quem concede concede algo a alguém*”). Qualquer outra informação que se acrescente, indicando *tempo*, *lugar*, *causa*, etc., será *facultativa* ou *circunstancial*. Dessa forma caberá dizer que tais elementos *circunstanciais* pertencem a uma classe distinta dos PARTICIPANTES. Cabe ao analista detectar a verdadeira significação do verbo e distinguir o que é *nuclear* do que é *extranuclear*, ou seja, o obrigatório do facultativo.

Convém insistir ainda no fato de que algumas categorias como *lugar* e *tempo*, por exemplo, podem figurar como PARTICIPANTES ou como circunstanciais, ou *circunstantes*, segundo Tesnière. Comparem-se as frases:

(43) Ela não podia vir *à cidade*.

(44) Ela esteve *na cidade*.

(45) Ela comprou um casaco *na cidade*.

Enquanto nas frases 43 e 44 os termos “à cidade” e “na cidade”, respectivamente, são PARTICIPANTES, já que os verbos “vir” e “estar” os *exigem* como integrantes obrigatórios dos seus significados — “quem *vai vai a algum lugar*” e “quem *está está em algum lugar*” (no sentido da frase dada) —, na frase 45, o termo “na cidade” é *circunstancial*, por ser facultativo. O verbo “comprar” não *prevê*, na sua significação, um elemento *locativo*.

O mesmo se dá com os elementos indicativos de *tempo* nas frases seguintes:

(46) A festa durou *três horas*. (= PARTICIPANTE)

(47) O trem chegou à cidade *às três horas*. (= CIRCUNSTANTE)

Pode-se, pois, afirmar que para a realização da frase são necessários, no máximo, três PARTICIPANTES: um de 1.º grau, obrigatório em qualquer frase, que responde a uma pergunta feita *imediatamente à esquerda* do verbo; um de 2.º grau, que responde a uma pergunta feita *imediatamente à direita* do verbo; um de 3.º grau, que responde a uma pergunta *mediata* feita *à direita* do verbo.

Aos critérios que permitiram considerar o SUJEITO como PARTICIPANTE de 1.º grau — presença em todas as frases propostas, e primeiro elemento *solicitado* pelo verbo — pode-se acrescentar um fato de natureza morfossintática: *é o único elemento que leva o verbo a se adaptar gramaticalmente a ele*, ou seja, a concordar com ele em número e pessoa.\* Portanto, o SUJEITO é a um tempo o ponto de referência do fato expresso pelo verbo e o elemento que *comanda* a sua forma gramatical.

Conclui-se, assim, que a frase portuguesa se estrutura a partir de um núcleo central que é o VERBO, cujo valor semântico — a que se denominou aqui *previsibilidade* — determina o número e a natureza dos PARTICIPANTES.

---

\* O caso do verbo “ser”, em frases como “Santinha *eram* dois olhos míopes” (M. Bandeira), constitui uma exceção de caráter meramente estilístico.

---

IGNÁCIO, S.E. — The Portuguese sentence: a logic-semantic view and its syntactic structure. *Alfa*, São Paulo, 30/31:15-35, 1986/1987.

*ABSTRACT: Considering that the linguistic representation of the universe in which we live is based upon the existence of OBJECTS and PROCESSES, being that qualities, actions, states, etc., are attributed to the OBJECTS through these PROCESSES, in this article we tried to classify the sentence as being the unit of this representation. Considering the VERB as the structural center of the sentence, we tried to demonstrate that this takes place in the basis of SUBJECT and PREDICATE whose obligatory PARTICIPANTS are disposed in hierarchical levels.*

*KEY-WORDS: Sentence; subject; predicate; objects; processes; previsibility; participants; actors; circumjuncts; verbal complement; adjuncts; hierarchy.*

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALI, M.S. — *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo, Melhoramentos, 1964.
2. BENVENISTE, E. — *Problemas de lingüística geral*. Trad. de Maria G. Novak e Luísa Néri. São Paulo, Nacional, 1976.
3. BORBA, F.S. — *Teoria sintática*. São Paulo, T.A. Queiroz/EDUSP, 1979.
4. BLOOMFIELD, L. — *Language*. New York, H. Holt, 1941.
5. BÜHLER, K. — *Teoría del lenguaje*. Trad. del Alemán por J. Marías. 2. ed. Madrid, Revista de Occidente, 1961.
6. CÂMARA Jr., J.M. — *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1964.

7. CÂMARA JR., J.M. — *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1973.
8. CUNHA, C.F. — *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1970.
9. GARDINER, A. — *The theory of speech and language*. 2. ed. Oxford, Clarendon, 1963.
10. GENOUVRIER, E. & PEYTARD, J. — *Linguística e ensino do português*. Trad. de Rodolfo Ilari. Coimbra, Almedina, 1973.
11. FERREIRA, A.B.H. — *Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, (1957).
12. LIMA, C.H.R. — *Gramática normativa da língua portuguesa*. 16. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
13. LYONS, J. — *Introdução à lingüística teórica*. Trad. de Rosa V.M. Silva e Hélio Pimentel. São Paulo, Nacional/USP, 1979.
14. TESNIÈRE, L. — *Éléments de syntaxe structurale*. 2. ed. Paris, Klincksieck, 1966.